

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	675.398	744.792
1.01	Ativo Circulante	19.231	23.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.321	4.248
1.01.03	Contas a Receber	8.967	7.232
1.01.03.01	Clientes	8.967	7.232
1.01.04	Estoques	576	579
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.622	1.366
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.622	1.366
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.745	10.350
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	2.094
1.01.08.03	Outros	3.651	8.256
1.02	Ativo Não Circulante	656.167	721.017
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	43.198	46.406
1.02.01.06	Tributos Diferidos	36.580	37.677
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.580	37.677
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.467	8.579
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	4.245	4.086
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	2.222	4.493
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	151	150
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	151	150
1.02.02	Investimentos	599.317	661.252
1.02.02.01	Participações Societárias	599.317	661.252
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	73.867	75.962
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	462.057	520.915
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	63.028	64.010
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	365	365
1.02.03	Imobilizado	13.248	13.313
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.248	13.313
1.02.04	Intangível	404	46
1.02.04.01	Intangíveis	404	46

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	675.398	744.792
2.01	Passivo Circulante	4.332	16.333
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	131	97
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	131	97
2.01.02	Fornecedores	2.864	3.251
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.864	3.251
2.01.03	Obrigações Fiscais	251	1.344
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	186	1.259
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	343
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	186	916
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65	85
2.01.05	Outras Obrigações	1.086	11.641
2.01.05.02	Outros	1.086	11.641
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68	10.691
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	1.018	950
2.02	Passivo Não Circulante	108.115	108.097
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.02.04	Provisões	10.845	10.827
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.845	10.827
2.03	Patrimônio Líquido	562.951	620.362
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-100.867	-111.365
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	97.793	165.702

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.898	8.637
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.022	-6.357
3.03	Resultado Bruto	1.876	2.280
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.793	2.855
3.04.01	Despesas com Vendas	11.840	-5.006
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.438	-2.604
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33	-71
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-576	10.536
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.669	5.135
3.06	Resultado Financeiro	667	572
3.06.01	Receitas Financeiras	721	630
3.06.02	Despesas Financeiras	-54	-58
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.336	5.707
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	162	0
3.08.02	Diferido	162	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.498	5.707
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.498	5.707
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,72830	0,39590
3.99.01.02	PNA	0,72830	0,39590
3.99.01.03	PNB	0,72830	0,39590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,72830	0,39590
3.99.02.02	PNA	0,72830	0,39590
3.99.02.03	PNB	0,72830	0,39590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	10.498	5.707
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-67.909	-52.585
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefício Definido	-67.909	-52.585
4.03	Resultado Abrangente do Período	-57.411	-46.878

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.157	3.866
6.01.01	Recebimento de Consumidores	18.402	4.370
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	201	119
6.01.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	27.788	6.173
6.01.06	Outros Recebimentos	128	123
6.01.07	Fornecedores - Materiais e Serviços	-6.425	-3.431
6.01.10	Salários e Encargos Sociais	-3.131	-2.503
6.01.12	Impostos e Contribuições	-551	-632
6.01.15	Outros Pagamentos	-255	-353
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.625	-13.000
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-53	0
6.02.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-29.572	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.459	0
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.165	0
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-10.624	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.927	-9.134
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.248	10.083
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.321	949

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.498	-67.909	-57.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.498	0	10.498
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-67.909	-67.909
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-67.909	-67.909
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-100.867	97.793	562.951

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.707	-52.585	-46.878
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.707	0	5.707
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-52.585	-52.585
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-52.585	-52.585
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-180.497	154.230	539.758

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	20.502	4.725
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.899	9.731
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	11.603	-5.006
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.806	-6.656
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.698	-6.525
7.02.04	Outros	-108	-131
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.696	-1.931
7.04	Retenções	-69	-41
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69	-41
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.627	-1.972
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	143	11.166
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-577	10.536
7.06.02	Receitas Financeiras	588	587
7.06.03	Outros	132	43
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	132	43
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.770	9.194
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.770	9.194
7.08.01	Pessoal	2.819	2.736
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.805	2.712
7.08.01.02	Benefícios	5	15
7.08.01.03	F.G.T.S.	9	9
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	392	693
7.08.02.01	Federais	214	498
7.08.02.02	Estaduais	178	195
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61	58
7.08.03.02	Aluguéis	6	0
7.08.03.03	Outras	55	58
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	55	58
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.498	5.707
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.498	5.707

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.045.740	3.156.892
1.01	Ativo Circulante	1.097.404	1.206.344
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.539	86.041
1.01.03	Contas a Receber	525.938	520.706
1.01.03.01	Clientes	525.938	520.706
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	525.938	520.706
1.01.04	Estoques	11.659	8.768
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.614	72.720
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.614	72.720
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	485.654	518.109
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.663	3.663
1.01.08.03	Outros	481.991	514.446
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	323.459	392.433
1.01.08.03.03	Demais Créditos	152.798	117.477
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.734	4.536
1.02	Ativo Não Circulante	1.948.336	1.950.548
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	229.329	229.326
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.767	7.767
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.767	7.767
1.02.01.03	Contas a Receber	24.944	21.874
1.02.01.03.01	Clientes	24.944	21.874
1.02.01.06	Tributos Diferidos	42.660	46.234
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	42.660	46.234
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	153.958	153.451
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.625	2.176
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	130.403	129.189
1.02.01.09.09	Demais Créditos	21.930	22.086
1.02.02	Investimentos	618.173	620.252
1.02.02.01	Participações Societárias	343.628	345.707
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	280.235	281.332
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63.393	64.375
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.545	274.545
1.02.03	Imobilizado	117.013	118.014
1.02.04	Intangível	983.821	982.956

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.045.740	3.156.892
2.01	Passivo Circulante	1.242.869	1.293.335
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.219	46.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.219	46.325
2.01.02	Fornecedores	185.579	219.195
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	185.579	219.195
2.01.03	Obrigações Fiscais	208.954	224.115
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.262	43.738
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.428	21.952
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	14.834	21.786
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	173.981	180.275
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	711	102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.551	96.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	43.880	43.844
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	43.880	43.844
2.01.04.02	Debêntures	59.671	53.145
2.01.05	Outras Obrigações	692.444	702.806
2.01.05.02	Outros	692.444	702.806
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.662	20.231
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	202.793	202.102
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	10.329	30.252
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	129.593	127.532
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	291.006	285.271
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	42.061	37.418
2.01.06	Provisões	4.122	3.905
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.122	3.905
2.02	Passivo Não Circulante	1.018.418	1.017.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	273.953	303.905
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	161.226	175.142
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	161.226	175.142
2.02.01.02	Debêntures	112.727	128.763
2.02.02	Outras Obrigações	516.643	465.919
2.02.02.02	Outros	516.643	465.919
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	110.953	59.101
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	232.502	222.209
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	70.858	79.880
2.02.02.02.07	Fornecedores	2.050	0
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	74.376	76.863
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	14.084	16.046
2.02.02.02.11	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	11.820	11.820
2.02.03	Tributos Diferidos	155.629	178.745
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	155.629	178.745
2.02.04	Provisões	72.193	68.512
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	72.193	68.512
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	784.453	846.476
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-100.867	-111.365
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	97.793	165.702
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	221.502	226.114

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	532.478	549.025
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-418.804	-460.148
3.03	Resultado Bruto	113.674	88.877
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-81.364	-65.868
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.095	-38.670
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.082	-35.142
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.297	23.791
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.962	-21.493
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	478	5.646
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.310	23.009
3.06	Resultado Financeiro	-14.186	-13.808
3.06.01	Receitas Financeiras	30.343	34.855
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.529	-48.663
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.124	9.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.263	-3.349
3.08.01	Corrente	-17.607	-14.104
3.08.02	Diferido	16.344	10.755
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.861	5.852
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.861	5.852
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.498	5.707
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.363	145
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,72830	0,39590
3.99.01.02	PNA	0,72830	0,39590
3.99.01.03	PNB	0,72830	0,39590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,72830	0,39590
3.99.02.02	PNA	0,72830	0,39590
3.99.02.03	PNB	0,72830	0,39590

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	16.861	5.852
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-67.909	-52.585
4.02.01	Ganho(Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	-67.909	-52.585
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-51.048	-46.733
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-51.048	-46.733

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.856	15.640
6.01.01	Recebimento de Consumidores	921.702	952.851
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	2.506	1.854
6.01.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	55.576	43
6.01.06	Outros Recebimentos	7	290
6.01.07	Fornecedores - Materiais e Serviços	-44.633	-43.877
6.01.08	Fornecedores - Energia Elétrica	-399.217	-477.758
6.01.09	Contribuição de Iluminação Pública	-58.406	-32.215
6.01.10	Salários e Encargos Sociais	-109.083	-68.497
6.01.11	Pagamentos e Encargos da Dívida	-15.640	-15.079
6.01.12	Impostos e Contribuições	-185.191	-250.237
6.01.13	Encargos Setoriais	-93.403	-42.899
6.01.15	Outros Pagamentos	-6.362	-8.836
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.314	-12.100
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-16.314	-12.100
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-85.044	-22.357
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.165	0
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-68.612	-4.832
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-18.805	-17.525
6.03.06	Custos de Transação	208	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.502	-18.817
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.041	78.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.539	59.226

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362	226.114	846.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362	226.114	846.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-9.649	-9.649
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-8.323	-8.323
5.04.08	Constituição de Provisão Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.326	-1.326
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.498	-67.909	-57.411	5.037	-52.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.498	0	10.498	5.037	15.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-67.909	-67.909	0	-67.909
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas	0	0	0	0	-67.909	-67.909	0	-67.909
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-100.867	97.793	562.951	221.502	784.453

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-4.891	-4.891
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-4.832	-4.832
5.04.08	Constituição de Provisão Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-59	-59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.707	-52.585	-46.878	145	-46.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.707	0	5.707	145	5.852
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-52.585	-52.585	0	-52.585
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-52.585	-52.585	0	-52.585
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-180.497	154.230	539.758	229.439	769.197

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	850.633	930.939
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	833.123	941.260
7.01.02	Outras Receitas	15.146	4.227
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	15.371	6.090
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.007	-20.638
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-413.682	-468.575
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-384.787	-429.119
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.437	-27.772
7.02.04	Outros	16.542	-11.684
7.02.04.01	Provisões/Reversões	23.936	5.808
7.02.04.02	Custo de Construção	-15.371	-6.090
7.02.04.03	Outros	7.977	-11.402
7.03	Valor Adicionado Bruto	436.951	462.364
7.04	Retenções	-13.094	-11.700
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.094	-11.700
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	423.857	450.664
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.721	41.334
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	477	5.646
7.06.02	Receitas Financeiras	30.995	35.587
7.06.03	Outros	249	101
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	249	101
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	455.578	491.998
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	455.578	491.998
7.08.01	Pessoal	74.139	52.256
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.413	31.077
7.08.01.02	Benefícios	18.980	17.527
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.886	3.652
7.08.01.04	Outros	13.860	0
7.08.01.04.01	Participação nos Lucros e Resultados	13.860	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	311.824	369.520
7.08.02.01	Federais	151.448	191.961
7.08.02.02	Estaduais	160.376	177.559
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.758	64.370
7.08.03.02	Aluguéis	8.229	15.707
7.08.03.03	Outras	44.529	48.663
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	44.529	48.663
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.857	5.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.494	5.707
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.363	145

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO **1º TRIMESTRE DE 2017** **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA** (não revisado pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília ("Companhia" ou "CEB") e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 31 de março de 2017.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da FGV, o ano de 2016 foi o terceiro ano da mais grave e duradoura recessão jamais experimentada pelo Brasil nos últimos 100 anos.

Lamentavelmente, as expectativas do início do ano se confirmaram: foi um exercício de contínua deterioração econômica e de grande instabilidade política.

A este cenário sombrio no ambiente doméstico somou-se uma conjuntura internacional preocupante com vários mercados apresentando desaceleração econômica e recorrendo, cada vez mais, a medidas protecionistas que estão afetando os níveis do comércio internacional. O PIB, em 2016, novamente sofreu contração, apresentando uma redução -3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O desemprego passou de 9,0% em dezembro de 2015 para 11,9% no final do exercício de 2016, enquanto o deficit primário acumulado no ano alcançou 1,3% do PIB em 2016, frente a um deficit de 0,6% no mesmo período de 2015.

O deficit em conta corrente, por sua vez, segue diminuindo, em função da contração da atividade econômica. Já o deficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,1% do PIB em 2016.

A inflação alcançou 6,29% em 2016 e o BACEN reduziu os juros para 13,75%, em dezembro do mesmo ano. Em março de 2017 este indicador continuou com trajetória declinante, atingindo 12,25%.

O dólar terminou o exercício de 2016 cotado a R\$ 3,25, abaixo dos R\$ 3,96 registrados em dezembro de 2015, e o país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões. No final de março de 2017, o dólar chegou a R\$ 3,13.

Apesar do Brasil enfrentar uma recessão, com mais de 12 milhões de desempregados, existe um certo otimismo com relação ao futuro próximo. Há expectativas de que o mercado de ações volte a um novo círculo virtuoso de crescimento, podendo chegar a 100 mil pontos no ano de 2017.

Por outro lado, o Governo tem encaminhado medidas para melhoria da economia. Dentre elas, destacam-se a liberação de R\$ 43 bilhões oriundos de contas inativas do FGTS, com o objetivo de injetar dinheiro no mercado; a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC do teto de gastos públicos federais, ocorrida em dezembro de 2016, limitando-os à inflação apurada no ano anterior por um período de vinte anos, representando importante contribuição para o equilíbrio das contas públicas; além do projeto de reforma estrutural relativa à Previdência que ocupará a agenda do Congresso no primeiro semestre de 2017, posto que os gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017, caracterizando um desequilíbrio crescente; bem como a reforma trabalhista, visando a modernização das relações de trabalho, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho remonta à década de 1940.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



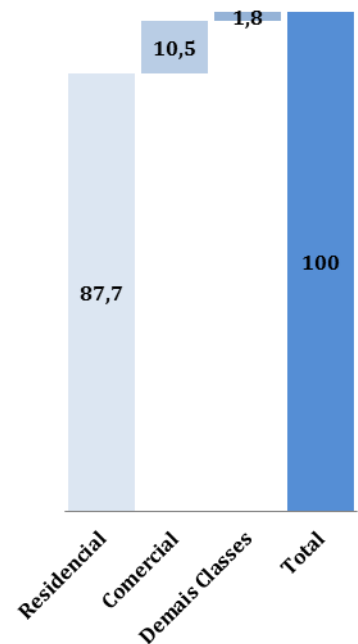
DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:

CLASSE DE CONSUMIDORES	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	914.271	908.696	892.869	0,6%	2,4%
Industrial	1.581	1.605	1.669	-1,5%	-5,3%
Comercial	109.234	108.881	108.582	0,3%	0,6%
Rural	10.454	10.434	10.202	0,2%	2,5%
Poder Público	5.858	5.940	6.055	-1,4%	-3,3%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
Serviço Público	330	326	312	1,2%	5,8%
Consumidores Faturados	1.041.747	1.035.901	1.019.708	0,6%	2,2%
Consumo Próprio	48	47	49	2,1%	(2,0%)
(=) Total	1.041.795	1.035.948	1.019.757	0,6%	2,2%

A Companhia encerrou o 1T17 com 1.041.747 consumidores, dentre os quais, 87,7% pertencentes à classe residencial, 10,5% à comercial e 1,8% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve crescimento na quantidade de consumidores de 0,6% no trimestre e de 2,2% no período de 1 ano.

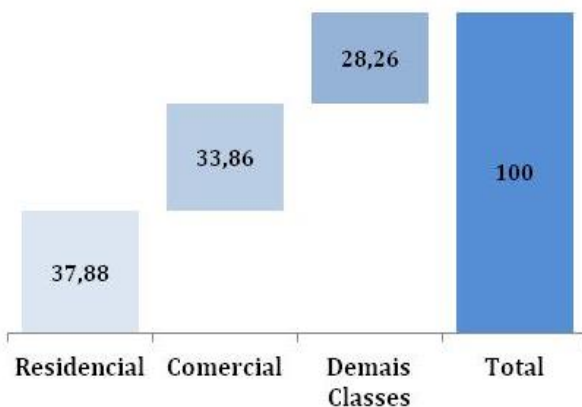
COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES POR CLASSE (%)



CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

CLASSE DE CONSUMIDORES	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	541.881	567.524	555.132	-4,5%	-2,4%
Industrial	37.052	41.514	45.594	-10,7%	-18,7%
Comercial	484.267	511.413	509.462	-5,3%	-4,9%
Rural	32.290	33.054	31.741	-2,3%	1,7%
Poder Público	149.071	164.180	153.036	-9,2%	-2,6%
Iluminação Pública	110.377	114.926	106.818	-4,0%	3,3%
Serviço Público	75.135	88.102	85.928	-14,7%	-12,6%
(=) Fornecimento faturado	1.430.072	1.520.713	1.487.710	-6,0%	-3,9%
Consumo Próprio	331	326	315	1,5%	5,1%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.430.403	1.521.039	1.488.025	-6,0%	-3,9%

Composição dos consumidores por classe (%)



No 1T17, o consumo apresentou retração de 6,0% em relação ao 4T16. As principais classes de consumo que influenciaram esta redução foram a Industrial (-10,7%) e Serviço Público (-14,7%). Quando comparado com o 1T16 o consumo dos clientes da CEB Distribuição reduziu 3,9%. Em relação à composição do consumo por classe de consumidores, conforme gráfico ao lado, 37,88% do consumo foi relativo à consumidores da classe residencial, 33,86% da classe comercial e 28,26% das demais classes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

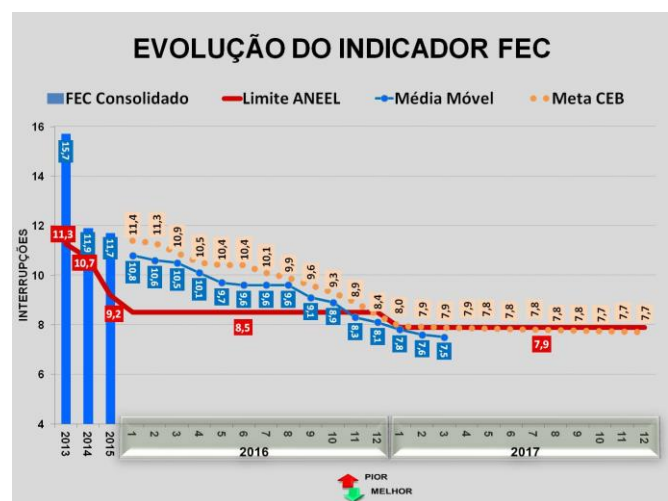
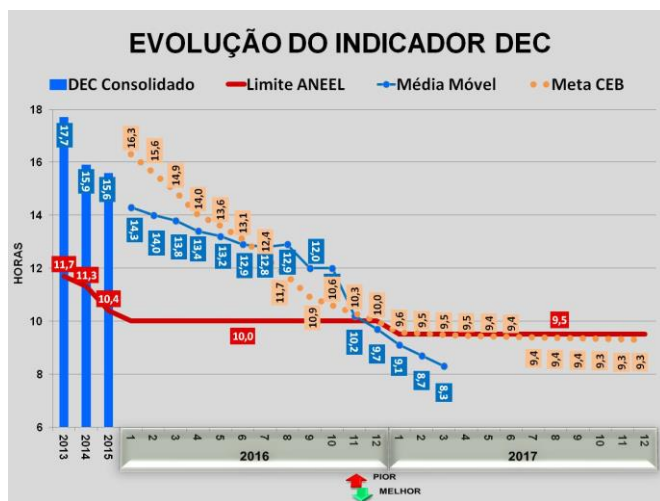
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



QUALIDADE DO SERVIÇO

DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("DEC") E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("FEC")

Por determinação do Órgão Regulador, a controlada integral CEB Distribuição S.A. ("CEB D"), concessionária de distribuição de energia elétrica, formalizou à ANEEL, por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13 de abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados que contempla quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas trajetórias com tendências declinantes e melhores que aquelas pactuadas com o Regulador, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Fornecimento de Energia Elétrica	796.958	846.174	863.386	-5,8%	-7,7%
Energia de Curto Prazo	75.063	64.004	72.281	17,3%	3,8%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	(75.367)	(31.254)	(37.147)	141,1%	102,9%
Receita de Construção	15.371	21.079	6.090	-27,1%	152,4%
Aporte de Recursos CDE	11.887	11.985	9.699	-0,8%	22,6%
Receita de Prestação de Serviços	9.051	8.224	9.898	10,1%	-8,6%
Suprimento de Energia	8.551	8.270	8.247	3,4%	3,7%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	5.258	5.284	6.127	-0,5%	-14,2%
Arrendamento e Aluguéis	7.634	8.440	6.863	-9,5%	11,2%
Receita de Venda de Gás	966	1.030	1.387	-6,2%	-30,4%
Outras Receitas	681	949	519	-28,2%	31,2%
Receita Operacional Bruta	856.053	944.185	947.350	-9,3%	-9,6%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(323.575)	(360.374)	(398.325)	-10,2%	-18,8%
Receita Operacional Líquida	532.478	583.811	549.025	-8,8%	-3,0%

A Receita Operacional Bruta apresentou redução de 9,3% em relação ao 4T16. Em relação ao 1T16 a queda foi de 9,6%. As reduções em relação aos períodos analisados, trimestre imediatamente anterior e mesmo trimestres do ano anterior estão ligadas principalmente à redução da receita de fornecimento de energia elétrica e o aumento da devolução de recursos de parcela a e outros itens financeiros, que serão explicados a seguir.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

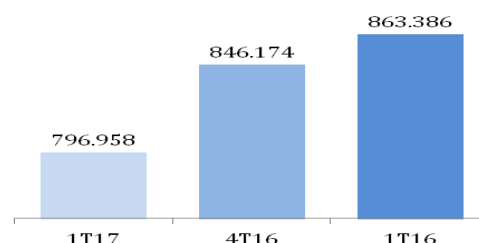
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:

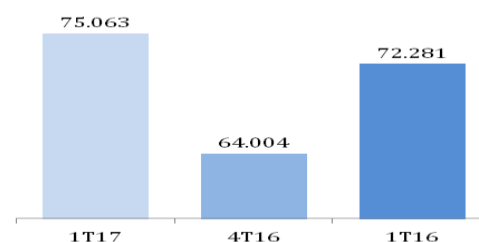
CONSUMIDORES	MWH			R\$ MIL			Δ TRIM.	Δ ANO
	1T17	4T16	1T16	1T17	4T16	1T16		
Residencial	541.881	567.524	555.132	320.463	331.526	340.103	-3,3%	-5,8%
Industrial	37.052	41.514	45.594	22.099	22.782	314.390	-3,0%	-93,0%
Comercial	484.267	511.413	509.462	284.490	296.520	101.208	-4,1%	181,1%
Rural	32.290	33.054	31.741	13.858	14.060	37.665	-1,4%	-63,2%
Poder Público	149.071	164.180	153.036	92.868	101.407	41.598	-8,4%	123,3%
Iluminação Pública	110.377	114.926	106.818	36.710	37.539	31.327	-2,2%	17,2%
Serviço Público	75.135	88.102	85.928	32.644	38.710	14.611	-15,7%	123,4%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.430.072	1.520.713	1.487.710	803.132	842.544	880.902	-4,7%	-8,8%
Consumo Próprio	331	326	315	-	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	(6.174)	3.630	(17.516)	-270,1%	-64,8%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.430.403	1.521.039	1.488.025	796.958	846.174	863.386	-5,8%	-7,7%

A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 1T17 registrou um decréscimo de 5,8% em relação ao 4T16. Quando comparado o 1T17 com o 1T16, houve retração de 7,7%. A queda da receita no 1T17, quando confrontada com o 4T16, justifica-se, principalmente, pela redução do consumo no equivalente a 6,0% no primeiro trimestre de 2017 em relação ao imediatamente anterior, causada pela crise econômica.



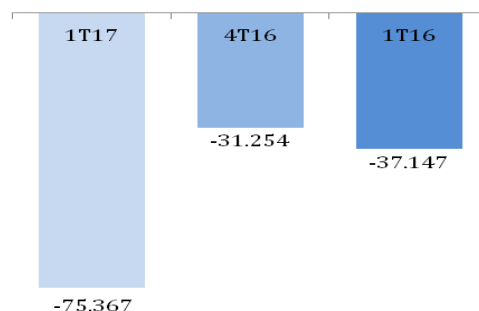
ENERGIA DE CURTO PRAZO:

A receita de Energia de Curto Prazo no 1T17 atingiu R\$ 75.063, 17,3% superior à receita reconhecida no 4T16. Esta variação deveu-se especialmente em razão do aumento do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD ocorrida a partir do início de 2017



RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:

Os Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros representaram a variação absoluta com maior impacto na Receita Operacional Bruta. A retração verificada no 1T17, quando se compara com o 4T16 (141,1%) e com o 1T16 (102,9%), decorre, principalmente, da apuração de que a cobertura tarifária foi maior do que as despesas realizadas no trimestre atual.

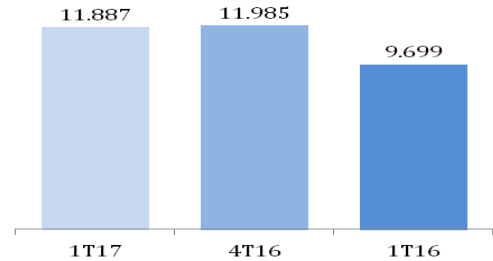


COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017**Comentário do Desempenho**

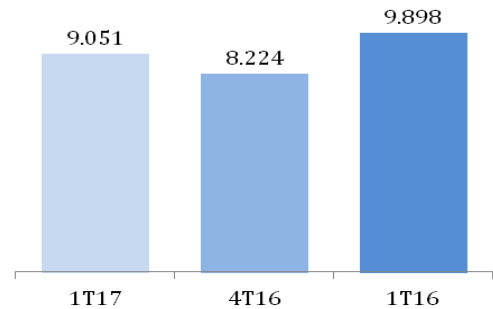
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**APORTES DE RECURSOS CDE:**

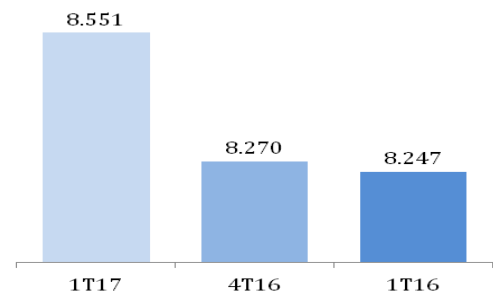
A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou acréscimo de R\$ 2.188 (22,6%), quando comparado com o 1T16, justificado pelo aumento do ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

**RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

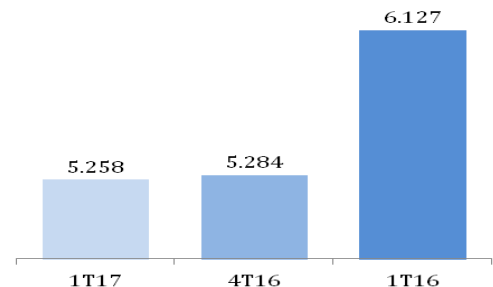
A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 1T17, tal receita apresentou aumento de R\$ 827 (10,1%), decorrente da retomada no volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 4T16. Já em relação ao 1T16, houve menor volume de realização das obras, representando variação negativa de 8,6%.

**SUPRIMENTO DE ENERGIA:**

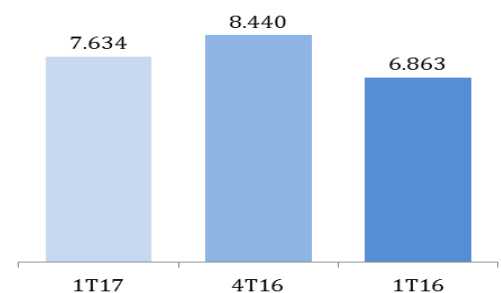
A receita de Suprimento de Energia alcançou no 1T17 R\$ 8.551, 3,4% superior ao verificado no 4T16 (R\$8.270) e 3,7% maior do que no 1T16 (R\$ 8.247). A tendência de leve alta é justificada pelo crescimento inflacionário.

**DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 1T17 (R\$ 5.258) não apresentou oscilação em relação ao 4T16 (R\$ 5.284), porém em relação ao 1T16 verificou-se redução de 14,2% (R\$ 6.127), justificada em razão do custo da CDE ter sido retirado da tarifa de uso do sistema, mediante liminar.

**ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:**

A receita de Arrendamento e Aluguéis reduziu 9,5% no 1T17 em relação ao trimestre imediatamente anterior (4T16), devido ao reestabelecimento de um contrato de compartilhamento de rede com empresa do ramo de telecomunicações, que havia se encerrado no 3T15.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(317.321)	(324.762)	(357.313)	-2,3%	-11,2%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(28.575)	(30.422)	(31.715)	-6,1%	-9,9%
Custo da Energia Comprada	(345.896)	(355.184)	(389.028)	-2,6%	-11,1%
Pessoal e Administradores	(68.178)	(75.686)	(59.345)	-9,9%	14,9%
Serviço de Terceiros	(44.130)	(44.489)	(27.046)	-0,8%	63,2%
Custo de Construção	(15.371)	(21.079)	(6.090)	-27,1%	152,4%
Depreciação e Amortização	(13.094)	(21.069)	(11.700)	-37,9%	11,9%
(Provisão) Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(13.007)	(20.908)	(20.638)	-37,8%	-37,0%
Arrendamento	(8.505)	(13.650)	(13.648)	-37,7%	-37,7%
Material	(702)	(1.133)	(185)	-38,0%	279,5%
Outras Despesas	(2.098)	(290)	(6.280)	623,4%	-66,6%
Despesas Operacionais	(165.085)	(198.304)	(144.932)	-16,8%	13,9%
Total	(510.981)	(553.488)	(533.960)	-7,7%	-4,3%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 510.981 no 1T17, um decréscimo de R\$ 42.507 (-7,7%), em relação ao 4T16. Relativamente ao 1T16, apurou-se uma redução de R\$ 22.979 (-4,3%).

As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:

O Custo da Energia Comprada no 1T17 representou R\$ 345.896, uma redução de 2,6% em relação ao 4T16, que totalizou R\$ 355.184. Em comparação com o 1T16, a queda foi de R\$ 43.132 (-11,1%). A variação apresentada decorre, principalmente, do encerramento em 2015 dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado, vigentes desde 2008, cuja reposição de parte dos montantes foi feito por meio de Cotas de Garantia Física, com preço da energia inferior.

DESPESAS OPERACIONAIS:

As Despesas Operacionais, no 1T17, foram de R\$ 165.085, 16,8% menor do que o apurado no 4T16. Destaca-se os seguintes itens:

- ▶ **Pessoal e Administradores:** no 1T17 houve um decréscimo de R\$ 7.508 (9,9%), quando comparado com o 4T16. Em relação ao 1T16 houve aumento de R\$ 8.833 (14,9%), decorrente, principalmente, de contratações de 116 novos colaboradores; 40 demissões, das quais, 29 em função da política de desligamento; e reajuste nas remunerações em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT.
- ▶ **Depreciação e Amortização:** no 4T16 houve uma redução de R\$ 7.975 (-37,9%), quando comparado com o 4T16. Porém, relação ao 1T16, houve acréscimo de R\$ 1.394 (11,9%), decorrente, principalmente, do aproveitamento de créditos de PIS/Cofins.
- ▶ **Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa:** no 1T17 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma redução de R\$ 7.901, -37,8% na comparação com o 4T16. Em relação ao 1T16, houve redução de R\$ 7.631 (-37,0%), devido à reversão de perdas estimadas com o Governo do Distrito Federal, proveniente do recebimento de faturas em atraso.
- ▶ **Arrendamento:** no 1TT16 verificou-se na rubrica Arrendamento uma queda de 37,7% nas comparações com o 4T16 e com o 1T16, justificada pela redução do IPCA projetado para 2017, em novembro de 2016.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017**Comentário do Desempenho**

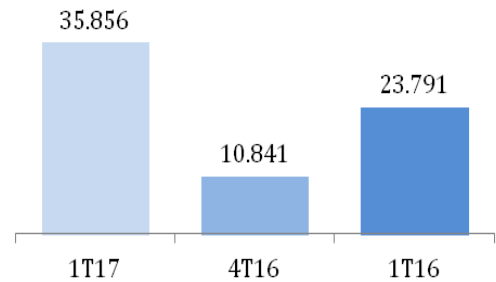
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:**

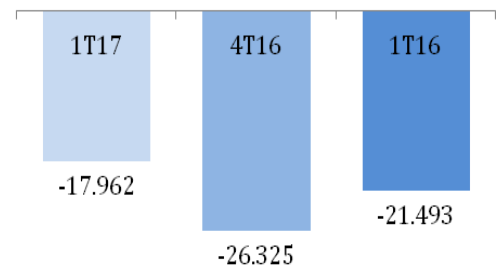
	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego	37.790	10.442	8.705	261,9%	334,1%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	6.238	(24.319)	3.989	-125,7%	56,4%
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	945	1.563	10.860	-39,5%	-91,3%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	-	10.054	-	0,0%	0,0%
Resultado na Baixa de Bens	-	(631)	-	0,0%	0,0%
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro	1.212	23.372	-	-94,8%	0,0%
Indenizável – VNR					
Tributos Sobre Outras Receitas	(15.740)	(10.114)	-	55,6%	0,0%
Outras Receitas	(2.148)	474	237	-553,2%	-1006,3%
Outras Receitas Operacionais	28.297	10.841	23.791	161,0%	18,9%
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(10.851)	(11.483)	(8.441)	-5,5%	28,6%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios.	(3.290)	(1.691)	(5.378)	94,6%	-38,8%
Compensação por descontinuidade de energia	(2.481)	(2.013)	(7.711)	23,2%	-67,8%
Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados	-	(10.054)	-	0,0%	0,0%
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais	(332)	(274)	-	21,2%	0,0%
Multas ANEEL	(321)	-	-	0,0%	0,0%
Outras Despesas	(687)	(810)	37	-15,2%	-1956,8%
Outras Despesas Operacionais	(17.962)	(26.325)	(21.493)	-31,8%	-16,4%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	10.335	(15.484)	2.298	-166,7%	349,7%

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou um aumento de 161,0% em relação ao 4T16, impactada, primordialmente, pela reversão de provisão de benefícios pós-emprego, decorrente do encerramento do Plano Assistencial ocorrido em março de 2017, que gerou em valores absolutos, uma reversão, no 1T17, de R\$ 26,9 milhões.

**OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Outras Despesas Operacionais reduziram no 1T17, 31,8% em relação ao 4T16. Em comparação com o 1T16, essa redução foi de 16,4%. A principal rubrica responsável por esta redução no trimestre em relação ao imediatamente anterior foi a provisão para participação nos lucros e resultados registrada apenas no 4T16, no valor de R\$ 10.054.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



RESULTADO FINANCEIRO:

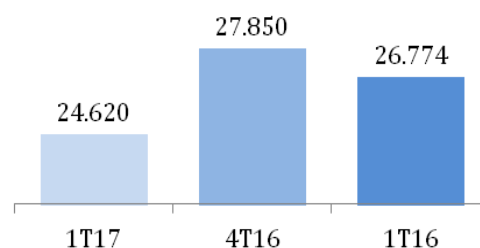
	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	1.838	9.056	4.266	-79,7%	-56,9%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	9.787	9.034	14.152	8,3%	-30,8%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	9.556	7.872	6.211	21,4%	53,9%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.514	2.067	2.184	21,6%	15,1%
Multas e Penalidades Aplicadas	1.588	439	141	261,7%	1026,2%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	249	15.526	101	-98,4%	146,5%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	-	(15.000)	-	-	-
Outras Receitas Financeiras	51	849	511	-94,0%	-90,0%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(963)	(1.993)	(792)	-51,7%	21,6%
Receitas Financeiras	24.620	27.850	26.774	-11,6%	-8,0%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(14.981)	(20.507)	(20.891)	-26,9%	-28,3%
Encargos de Dívidas	(16.677)	(22.582)	(15.142)	-26,1%	10,1%
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	(9.129)	(9.441)	(7.748)	-3,3%	17,8%
Atualização de Benefício Pós-Emprego	-	(196)	-	-	-
Recuperação de Despesas	-	8.660	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(3.741)	(3.597)	(4.882)	4,0%	-23,4%
Despesas Financeiras	(44.528)	(47.663)	(48.663)	-6,6%	-8,5%
Variação Cambial Líquida	5.722	(806)	8.081	-809,9%	-29,2%
Resultado Financeiro	(14.186)	(20.619)	(13.808)	-31,2%	2,7%

O Resultado Financeiro, no 1T17, foi negativo em R\$ 14.186, uma melhora de R\$ 6.433 ao registrado no 4T16 e semelhante ao 1T16 (R\$ 13.808). A variação no trimestre é justificada pela variação cambial líquida, que em termos absolutos evoluiu R\$ 6.528.

As seguir estão detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 1T17:

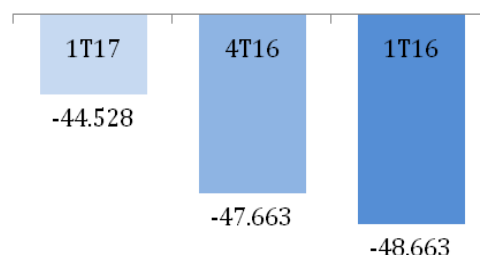
RECEITAS FINANCEIRAS:

As Receitas Financeiras reduziram R\$ 3.230 (-11,6%) no 1T17, em relação ao trimestre imediatamente anterior. A Receita de Juros/Variações Monetárias sobre Ativos representou a rubrica com a variação mais significativa em relação ao 4T16 (-79,7%).



DESPESAS FINANCEIRAS:

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se no 1T17 decréscimo de 6,6% em relação ao 4T16, devido, principalmente, à redução de Encargos de Dívidas em relação ao 4T16.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



EBITDA:

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional.

No 1T17, o EBITDA foi positivo, no montante de R\$ 45.404 (R\$ 142.761 no 4T16), representando uma variação negativa R\$ 97.988 na comparação com o 4T16.

A Margem EBITDA no 1T17 foi de 8,6%, enquanto no 4T16 foi de 24,5%, e 6,3% no 1T16.

A redução do EBITDA em relação ao 4T16 deveu-se, principalmente, à redução da receita de fornecimento de energia elétrica decorrente da queda de consumo afetada pela crise econômica em que a população está enfrentando.

	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	16.861	103.348	5.852	-83,7%	188,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	1.263	(2.275)	3.349	-155,5%	-62,3%
(+) Resultado Financeiro	14.186	20.619	13.808	-31,2%	2,7%
(+) Depreciação /Amortização	13.094	21.069	11.700	-37,9%	11,9%
EBITDA	45.404	142.761	34.709	-68,2%	30,8%
Ajustes:					
(+/-) Ganho na Venda de Bens	-	631	-	-	-
EBITDA Ajustado	45.404	143.392	34.709	-68,3%	30,8%
Margem EBITDA %	8,6%	24,5%	6,3%		
Margem EBITDA Ajustado %	8,6%	24,6%	6,3%		

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:

O Resultado Consolidado no 1T17 foi lucro líquido de R\$ 16.861, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de lucro de R\$ 10.498 (R\$ 103.348 no 4T16 e R\$ 5.852 no 1T16), representando uma variação de -83,7% e -188,1%, respectivamente. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 6.363 (R\$ 8.765 no 4T16 e R\$ 145 no 1T16).

	1T17	4T16	1T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	16.861	103.348	5.852	-83,7%	188,1%
Margem Líquida	3,2%	17,7%	1,1%	-81,9%	201,4%
Atribuível aos Controladores	10.498	94.583	5.707	-88,9%	83,9%
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,7283	6,5608	0,3959	-88,9%	84,0%

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Total apresentou uma redução de R\$ 14.542 (-3,7%) em relação a março de 2016. Em comparação com dezembro de 2015, a dívida bruta permaneceu estável. A redução no período está ligada ao maior volume de amortizações em comparação com as captações, compromisso da Administração no reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, pela redução do serviço da dívida.

	31/03/2017	31/03/2016	Δ Acum.
Curto Prazo	103.551	56.504	83,3%
Longo Prazo	273.953	335.542	-18,4%
Dívida Total	377.504	392.046	-3,7%
(-) Caixa Disponível	(52.539)	(59.226)	-11,3%
(=) Dívida Líquida	324.965	332.820	-2,4%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017
Comentário do Desempenho
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	88.942	125.367	108.498	54.698	377.505

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2016	218.986	181.908	400.894
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	-	-	-
Encargos Incorridos no Período	10.991	6.899	17.890
Custo de Transação	160	(43)	117
Encargos Financeiros Pagos	(7.258)	(8.382)	(15.640)
Amortizações do Principal	(16.583)	(7.956)	(24.539)
Variação Monetária	(1.190)	-	(1.190)
Deságio	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de março de 2017	205.106	172.398	377.504
Passivo Circulante	43.880	59.671	103.551
Passivo Não Circulante	161.226	112.727	273.953

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA:

	31/03/2017	31/03/2016
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	377.504	400.894
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(52.539)	(86.041)
Dívida Líquida	324.965	314.853
Patrimônio Líquido	562.951	620.362
Total do Capital	887.916	935.215
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - % (Dívida Líquida) / (Total do Capital)	36,6%	33,7%

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**1.1. OBJETIVO SOCIAL**

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO**2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 31 de março de 2017 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 10 de maio de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais findo em 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de três meses, findo em 31 de março de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/03/2017	31/12/2016	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
9	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
8	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
10	14	INVESTIMENTOS
11	15	IMOBILIZADO
12	16	INTANGÍVEL
13	17	FORNECEDORES
14	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
15	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
16	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
17	21	DEBÊNTURES
18	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
20	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
21	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
22	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
23	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
24	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30	30	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
25	31	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
26	32	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
27	33	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
28	34	SEGUROS
29	35	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	31/03/2017	31/12/2016
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. ("Distribuidora" ou "CEB D")

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 9 de Dezembro de 2015, foi celebrado, com o Ministério de Minas e Energia (MME), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, prorrogando a concessão dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos.

A prorrogação da concessão reflete a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB Distribuição S.A., que privilegiam a busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montante bastante expressivo.

A segunda fase, dos ajustes estruturais está em curso e além de promover, com êxito, uma redução da estrutura organizacional, com a diminuição de diretorias e racionalização de atividades meio e finalísticas, que apresenta resultados positivos.

Vale mencionar que a Administração atuou proativamente para a redução dos elevados custos do Plano Assistencial, que consistiu no acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada em

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2014, pelo Chefe do Poder Executivo, contra as Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, conforme Nota Explicativa nº 2.3.1.1 e Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015. A injeção de recursos decorrente da monetização dos ativos de geração contribuirá, substancialmente, para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL no novo Contrato de Concessão.

As ações gerenciais mencionadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da CEB Distribuição S.A., atendendo aos requisitos regulatórios de qualidade do serviço prestado e do atendimento dos seus clientes.

A prorrogação da concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB D, que consiste na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

(ii) PLANO ASSISTENCIAL – FACEB – INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº 3.010/2002 E Nº 3.199/2003

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR-CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “*no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003*”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

Em março de 2017 o Plano Assistencial foi encerrado. Ocorreu ainda reversão dos valores que estavam previstos para desembolso, nesse plano, e que não foram concretizados, no montante de R\$ 26,9 milhões.

2.4. CONCESSÕES**2.4.1. INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 5 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorrerá em 22 de outubro de 2016.

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

2.4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**(i) UTE BRASÍLIA**

O contrato de concessão da Usina Termelétrica Brasília encerrou-se no dia 07 de julho de 2015. Foi declarada a caducidade da usina por meio do Ofício nº 661/2015-SCG/ANEEL em decorrência de vários fatores, tais como: projeto da década de 50 com custo de energia muito elevado; ausência de peças de reposição; e questões ambientais. Desde 2009 a usina não é despachada pelo ONS, sendo até retirada do quadro de unidades disponíveis à Operação do Sistema Nacional. Os ativos dessa usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização, evento que deverá ocorrer após a regulamentação da reversão dos bens vinculados às concessões de geração de energia elétrica.

Dessa forma, a CEB Geração S.A. iniciou as medidas cabíveis relativas aos ativos remanescentes da concessão que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das instalações e equipamentos da usina, assim como do terreno, conforme previsto no Plano de Negócio da Companhia elaborado em dezembro de 2016 referente ao exercício de 2017.

(ii) UHE PARANOÁ

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969. A concessão foi prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento previsto para 29 de outubro de 2019. Posteriormente, o período da concessão foi novamente prorrogado para 20 de abril de 2020, em função da Repactuação do Risco Hidrológico.

Finalmente, em dezembro de 2016, foi firmado o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, conferindo à CEB Geração S.A. atuar como Produtora Independente de Energia. O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica – PCH, mantendo o mesmo prazo da concessão e permitindo os benefícios previstos na legislação pertinente para essa classe de geração.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO**3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO**

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2017			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	2.316	2.316	48.195	48.195
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	5	5	4.344	4.344
Contas a Receber	Custo Amortizado		8.967	8.967	550.882	550.882
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				323.459	323.459
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.767	7.767
Disponível Para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			130.403	130.403
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.864	2.864	187.629	187.629
Debêntures	Custo Amortizado				172.398	172.398
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				205.106	205.106
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		68	68	16.662	16.662
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				302.826	302.826
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				435.295	435.295
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				74.376	74.376



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	4.245	4.245	55.025	55.025
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	31.016	31.016
Contas a Receber	Custo Amortizado		7.232	7.232	520.706	520.706
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				392.443	392.443
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.767	7.767
Disponível Para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			129.189	129.189
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		3.251	3.251	219.195	219.195
Debêntures	Custo Amortizado				181.908	181.908
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				218.986	218.986
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		10.691	10.691	20.231	20.231
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				297.091	297.091
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				424.311	424.311
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				76.863	76.863

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 31 de março de 2017, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 151.229 (R\$ 154.153 em 2016). Desse montante, 61,8% (65,2% em 2016) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais (Nota Explicativa nº 5).

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 8,13% e 4,82%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 31 de março de 2017 (média – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,0% a.a. para o segundo trimestre de 2017. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 31 de março de 2018. Também se espera que a taxa de 4,2209



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 31/03/2017	Risco	Efeito	Cenários Projetados – 12 meses		
			Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
270.366	Baixa do CDI		8,13%	6,10%	4,07%
		Balanço	292.347	286.858	281.370
		Resultado	(21.981)	(16.492)	(11.004)
72.768	Alta do TJLP		7,00%	8,75%	10,50%
		Balanço	77.862	79.135	80.409
		Resultado	(5.094)	(6.367)	(7.641)
710	Baixa do IGPM		4,82%	3,62%	2,41%
		Balanço	744	736	727
		Resultado	(34)	(26)	(17)
15.016	Alta do UMBNDES		4,22%	5,28%	6,33%
		Balanço	15.650	15.809	15.967
		Resultado	(634)	(793)	(951)
Total Balanço			386.603	382.539	378.473
Total Resultado			(27.743)	(23.679)	(19.579)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 19% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda de Itaipu Binacional ter cotação em dólares.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela A, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da CEB D, situa-se entre os meses de outubro e setembro. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado por força das normas do Órgão Regulador, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (*hedge*) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de março de 2017, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 31 de março de 2018 será de R\$ 3,47 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de março de 2018, com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus, de 31 de março de 2017 (média – Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade, no impacto no resultado para os próximos 12 meses foi considerado o saldo da dívida em 31 de março de 2017. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada a análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio, conforme mostrado a seguir:

Exposição em 31/03/2017	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
3,13	Alta do Dólar		3,47	4,34	5,21
11.699		Balanço	12.992	16.249	19.506
		Resultado	1.293	4.550	7.807



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É importante salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	31/03/2017	31/12/2016
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 17 e 18)	377.504	400.894
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(52.539)	(86.041)
Dívida líquida	324.965	314.853
Total do Patrimônio Líquido	562.951	620.362
Total do Capital	887.916	935.215
Índice de Alavancagem Financeira - %	36,60	33,66



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos Conta Movimento	2	3	7.893	31.016
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.319	4.245	44.646	55.025
Total	2.321	4.248	52.539	86.041

As aplicações financeiras classificadas no Ativo Circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida, a uma taxa determinada (remuneração de 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			595.915	584.602
Títulos de Créditos a Receber			49.371	45.523
Serviços Prestados a Terceiros	47.107	56.975	56.825	66.608
Total a Receber Bruto	47.107	56.975	702.111	696.733
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.140)	(49.743)	(151.229)	(154.153)
Total a Receber Líquido	8.967	7.232	550.882	542.580
Circulante	8.967	7.232	525.938	520.706
Não Circulante			24.944	21.874

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldo Vincendo	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/03/2017	Total 31/12/2016
Classes de Consumidor					
Residencial	73.237	81.243	30.829	185.308	175.967
Poder Público	21.902	12.698	38.762	73.363	74.728
Comércio, Serviços e Outros	69.287	28.241	21.847	119.374	112.803
Iluminação Pública	13.245		24.483	37.728	49.832
Serviço Público	10.245	6	30	10.281	12.532
Industrial	4.790	2.420	3.820	11.030	10.807
Rural	3.731	3.091	1.586	8.407	8.095
Subtotal Consumidores	196.437	127.698	121.356	445.491	444.764
Fornecimento Não Faturado	124.617			124.617	128.760
Contribuição do Consumidor	4.213			4.213	
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE	59.482			59.482	19.242
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)	12.008	6.566	38.140	56.714	63.515
Concessionárias e Permissionárias	1.504			1.504	11.413
Parcelamentos a Faturar CP e LP	28.798			28.798	27.667
Serviço Taxado	1.338			1.338	1.444
Outros	2.512			2.512	10.344
Arrecadação a Classificar	(22.558)			(22.558)	(10.416)
Total	408.351	134.264	159.496	702.111	696.733
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa			(151.229)	(151.229)	(154.153)
Contas a Receber Líquido	408.351	134.264	8.267	550.882	542.580



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	38.140	49.743	72.848	78.764
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			24.640	24.640
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			30.848	26.420
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			20.789	22.900
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			8	8
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			1.770	1.133
Rural – Vencidos há mais de 360 dias			326	288
Total	38.140	49.743	151.229	154.153

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata aquele diploma legal. Até 31 de março de 2017, não houve alteração da situação relatada.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.743	154.153
Adições		24.610
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		(15.432)
Reversões	(11.603)	(12.102)
Saldo em 31 de março de 2017	38.140	151.229

5.5 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 31 de março de 2017, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 93.414, dos quais, R\$ 55.274 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 38.140 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 58.883, em 31 de março de 2017 (R\$ 86.960 em 2016), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Saldos Vincendos	2.400	3.092	34.408	38.128
Vencidos até 90 dias	2.540	2.047	12.754	27.791
Vencidos de 91 a 360 dias	4.027	2.094	14.508	20.414
Vencidos há mais de 360 dias	38.140	49.743	90.627	101.085
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.140)	(49.743)	(93.414)	(100.458)
Total	8.967	7.232	58.883	86.960

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	27.863	29.017	36.299	29.081
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	8.735	8.678	11.921	9.421
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	40		162	13
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS (b)			12.322	12.008
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS			279	278
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	633	417	2.298	1.986
Programa de Integração Social - PIS	387	387	449	450
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Crédito de PIS/PASEP Sobre Decisão Judicial (c)				65.173
Total	38.202	39.043	64.274	118.954
Circulante	1.622	1.366	21.614	72.720
Não Circulante	36.580	37.677	42.660	46.234

a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, ativos fiscais diferidos reconhecidos e às retenções na fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual.

b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de serem compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

c) A Companhia Energética de Brasília - CEB recolheu a contribuição destinada ao Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-lei nº 1940/82 e, após o reconhecimento de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, a Companhia propôs ação judicial, processo 2005.34.00.016932-2 e obteve decisão favorável para a utilização do crédito fiscal na compensação de outros tributos próprios administrados pela Receita Federal do Brasil. A CEB também solicitou, judicialmente, a mudança do pólo ativo da ação para que os seus efeitos beneficiassem a CEB D, tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006. Após o deferimento do pedido de mudança de pólo, a CEB D solicitou à RFB, a habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e em julho de 2016 o pedido foi deferido.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 30.267, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Baixa Por Aproveitamento	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO = Saldo x (+/-)34%
	88.534	C	30.102
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO = Saldo x (+/-)34%
	1.913	D	(650)
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO = Saldo x (+/-)34%
	2.401	C	816
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/03/2017			30.267
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2016			30.106

Na perspectiva da Administração, norteadas pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados até 2018, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Diferenças Temporárias	16.655	20.593	96.580	83.118
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			112.814	117.863
Total	16.655	20.593	209.394	200.981

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas Sobre Crédito de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na referida Instrução.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa até que os planos de recuperação econômico-financeiros resultem na apuração de lucro tributável sustentável.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/03/2017	Circulante
CVA Ativa	228.901	22.570	(57.405)	11.973	206.039	206.039
Aquisição de Energia – (CVAenerg) (a)	185.732	21.335	(48.717)	7.943	166.293	166.293
Proinfa (a)	10.934		(3.136)	301	8.099	8.099
Transporte Rede Básica (a)	4.527	1.074	(755)	215	5.061	5.061
Transporte de Energia – Itaipu (a)	1.205	161	(266)	47	1.147	1.147
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	26.503		(4.531)	3.467	25.439	25.439
Demais Ativos Financeiros Setoriais	163.532	8.581	(52.507)	(2.186)	117.421	117.421
Neutralidade da Parcela A (b)	7.092		(2.095)	51	5.048	5.048
Sobrecontratação de Energia (b)	25.161	8.581	(6.183)	(3.126)	24.433	24.433
Diferimento de Reposição na RTP (b)	109.557		(32.381)	789	77.965	77.965
Implantação MCSPSE	13.877		(4.102)	100	9.875	9.875
Badeiras Tarifárias	5.109		(5.109)			
Outros (b)	2.737		(2.637)		99	99
Total Ativos Financeiros Setoriais	392.433	31.151	(109.912)	9.787	323.459	323.459

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/03/2017	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(131.111)	(32.810)	20.873	(6.364)	(149.412)	(149.412)	
Aquisição de Energia – (CVAenergia) (a)	(59.742)		17.135	(1.641)	(44.248)	(44.248)	
Proinfa (a)	(443)	(1.092)	4	(160)	(1.691)	(1.691)	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS (a)	(32.991)	(19.834)	3.734	(3.188)	(52.279)	(52.279)	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	(37.935)	(11.884)		(1.375)	(51.194)	(51.194)	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(165.980)	(10.889)	26.219	(2.764)	(153.415)	(141.595)	(11.820)
Sobrecontratação de Energia (b)	(65.235)			(1.979)	(67.214)	(67.214)	
Devoluções Tarifárias UD/ER	(11.820)				(11.820)		(11.820)
Reversão Financeiro Postergação	(21.287)		6.291	(153)	(15.149)	(15.149)	
CVA Competência		(10.889)			(10.889)	(10.889)	
Outros (b)	(67.638)		19.928	(632)	(48.342)	(48.342)	
Total Passivos Financeiros Setoriais	(297.091)	(43.699)	47.092	(9.128)	(302.826)	(291.006)	(11.820)

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Área	31/03/2017 Valor Contábil
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga	10.500 m ²	897
Edificação	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 Setor Industrial – Taguatinga	1.040 m ²	672
Terreno	SHD Lote B – Planaltina	260 m ²	238
Terreno	Área Especial Lote H Setor Norte – Brazlândia	1.750 m ²	928
Terreno	Área Especial Lote G Setor Norte – Brazlândia	1.750 m ²	928
Total			3.663

Os ativos estão reconhecidos pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

A CEB Distribuição S.A. fez duas tentativas de vendas de terrenos, mediante licitações, em 17 e 18 de agosto e 14 de outubro de 2015. Não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios. Desta forma, o terreno do Setor Noroeste retornou o seu registro para o grupo de propriedade para investimentos.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) está indicada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.372
Adições	3.886
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	29.931
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.189
Adições	3
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	1.211
Saldos em 31 de março de 2017	130.403

10. INVESTIMENTOS

10.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Avaliados por Equivalência Patrimonial	594.320	656.256	338.631	340.712
Propriedade Para Investimento			274.545	274.545
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	4.632	4.630	4.632	4.630
Outros	365	365	365	365
Total	599.317	661.252	618.173	620.252

10.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						31/03/2017	31/12/2016
CEB Distribuição S.A.	580.532	306.368	100	100	350.532.450	306.368	359.181
CEB Lajeado S.A.	145.656	326.795	59,93	59,93	82.013.911	104.395	108.076
Corumbá Concessões S.A.	235.259	153.135	45,2	9,3	256.009.911	69.235	71.331
Energética Corumbá III S.A.	119.373	168.074	37,5	25	45.594.783	63.028	64.010
CEB Participações S.A.	41.271	36.309	100	100	41.270.415	36.309	39.457
CEB Geração S.A.	7.575	14.864	100	100	7.575.212	14.865	14.035
Companhia Brasileira de Gás S.A.	4.921	707	17	51	30.600	120	166
Total						594.320	656.256

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						31/03/2017	31/12/2016
Corumbá Concessões S.A.	218.966	153.135	47,55	9,30	269.294.911	72.828	75.044
Investco S.A.	804.459	1.013.876	20,00	20,00	133.563.595	202.775	201.658
Energética Corumbá III S.A.	119.373	168.074	37,50	25,00	45.594.783	63.028	64.010
Total						338.631	340.712



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	31/03/2017			31/12/2016		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.445.510	2.139.142	509.535	2.543.248	2.184.067	2.057.006
Corumbá Concessões S.A.	713.766	560.630	38.844	717.193	559.420	170.328
CEB Lajeado S.A.	362.196	35.401	32.360	369.830	36.453	118.756
Energética Corumbá III S.A.	230.470	62.396	9.793	231.747	61.055	39.228
CEB Participações S.A.	37.330	1.021	4.203	40.664	1.207	16.407
CEB Geração S.A.	16.930	2.065	3.869	17.930	3.895	15.101
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.122	414	746	1.252	273	3.679

10.2.2 RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora			
	31/03/2017		31/03/2016	
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Distribuição S.A.	(14.474)	(14.474)	4.785	4.785
CEB Lajeado S.A.	11.936	6.675	536	296
Energética Corumbá III S.A.	4.177	1.566	2.293	860
CEB Geração S.A.	4.991	4.991	2.050	2.050
Corumbá Concessões S.A.	(4.637)	(2.096)	(1.916)	(866)
CEB Participações S.A.	2.808	2.808	3.441	3.441
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(270)	(46)	(177)	(30)
Total	4.531	(576)	11.012	10.536

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

10.2.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	308.875	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	613.932
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(30.006)	(205)		(6.444)	(7.893)		(44.548)
Resultado de Equivalência Patrimonial	50.271	19.731	2.154	4.783	10.187	8.324	(79)	95.371
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	43.079						85	43.164
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(43.044)	(3)	(1.315)	736	2.398			(41.228)
Ganho na Variação de Percentual				62				62
Perda na Variação de Percentual					(497)			(497)
Redução de Capital					(10.000)			(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	359.181	108.076	71.331	64.010	39.457	14.035	166	656.256
Resultado de Equivalência Patrimonial	(14.474)	6.675	(2.096)	1.566	2.808	4.991	(46)	(576)
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	29.570							29.570
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(67.909)							(67.909)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(10.356)		(2.548)	(5.955)	(4.162)		(23.021)
Saldo em 31 de março de 2017	306.368	104.395	69.235	63.028	36.310	14.864	120	594.320



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215.817	74.366	58.429	348.612
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(37.542)	(215)		(37.757)
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.389	2.266	4.783	30.438
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(6)	(1.373)	736	(643)
Ganho na Variação de Percentual			62	62
Saldo em 31 de dezembro de 2016	201.658	75.044	64.010	340.712
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.117	(2.216)	1.566	467
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio			(2.548)	(2.548)
Saldo em 31 de março de 2017	202.775	72.828	63.028	338.631

10.3 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

A Companhia também possui AFAC registrado nas investidas Companhia Brasiliense de Gás S.A. (R\$ 12), Corumbá Concessões S.A. (R\$ 3.232), BSB Energética S.A. (R\$ 1.398) e CEB Distribuição S.A. (R\$ 102.649).

10.4 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Os bens registrados em propriedade para investimento na Companhia são avaliados pelo custo e são mantidos pelo proprietário para futuro uso corrente indeterminado.

Em 2015, a Companhia iniciou procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de bens imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de Ativo Não Circulante mantido para venda, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	
Terreno	Setor Noroeste – Plano Piloto	284.160 m ²	274.400	274.400	282.841	Dez/16
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará	1.200 m ²	20	20	2.088	Mai/15
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul, Quadra Interna 13, Lote “G” – Lago Sul	1.600 m ²	125	125	3.137	Mai/15
Total			274.545	274.545	288.066	

10.5 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 221.502, dos quais, R\$ 220.914 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 588 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás S.A..



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. IMOBILIZADO

11.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.130	2.463	322		369		16.284
Adições			71				71
Baixas					(35)		(35)
Transferências	(2.094)						(2.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.036	2.463	393		334		14.226
Saldo em 31 de março de 2017	11.036	2.463	393		334		14.226
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(346)	(191)		(256)		(793)
Depreciação		(100)	(29)		(17)		(146)
Baixas					26		26
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(446)	(220)		(247)		(913)
Depreciação		(24)	(8)		(33)		(64)
Saldo em 31 de março de 2017		(470)	(228)		(280)		(977)
Imobilizado Líquido – 31/03/2017	11.036	1.993	165		54		13.248
Imobilizado Líquido – 31/12/2016	11.036	2.017	173		87		13.313
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Eventos	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177
Adições		380	40	1.026	4.741	45		37.954	44.186
Baixas		(688)	(537)			(39)		(29.523)	(30.787)
Ajuste de Inventário				799	7				806
Transferências	(2.094)							9	(2.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.003	13.520	21.386	47.491	23.983	9.460	107	54.347	182.297
Adições				2				23.772	23.774
Transferências				531				(23.861)	(23.330)
Saldo em 31 de março de 2017	12.003	13.520	21.386	48.024	23.983	9.460	107	54.258	182.741
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)
Depreciação		(298)	(581)	(1.586)	(2.196)	(512)			(5.173)
Baixas						26			26
Transferências		205	2.156	(477)	(8)	12			1.888
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(4.190)	(9.013)	(33.135)	(13.078)	(4.770)	(97)		(64.283)
Depreciação		(73)	(136)	(404)	(674)	(158)			(1.445)
Saldo em 31 de março de 2017		(4.263)	(9.149)	(33.539)	(13.752)	(4.928)	(97)		(65.728)
Imobilizado Líquido - 31/03/2017	12.003	9.257	12.237	14.485	10.231	4.532	10	54.258	117.013
Imobilizado Líquido - 31/12/2016	12.003	9.330	12.373	14.356	10.905	4.690	10	54.347	118.014



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não identificou indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras. A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

12. INTANGÍVEL

12.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora		
	Software	Direito de Uso de Software	Total
Custo do Intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		83	83
Adições	362		362
Saldo em 31 de março de 2017	362	83	445
Amortização Acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(37)	(37)
Amortizações		(4)	(4)
Saldo em 31 de março de 2017		(41)	(41)
Intangível Líquido - 31/03/2017	362	42	404
Intangível Líquido - 31/12/2016		46	46

Eventos	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.171.534	2.495	60.151	20.621	158.946	1.413.747
Adições	1.224	53.889	55	19.846		75.014
Transferências	30.325	(34.452)	40.466	(40.466)		(4.127)
Baixas	(2.307)					(2.307)
Obrigações Especiais	(172.822)	110.358				(62.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.027.954	132.290	100.673		158.946	1.419.863
Adições	3.067	12.909	703			16.697
Obrigações Especiais	3.529	(3.067)				462
Saldo em 31 de março de 2017	1.034.550	142.132	101.376		158.946	1.437.004
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(273.883)		(52.581)		(58.869)	(385.333)
Amortizações	(43.016)		(2.670)		(5.888)	(51.574)
Transferências						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(316.899)		(55.251)		(64.757)	(436.907)
Amortizações	(12.391)		(2.413)		(1.472)	
Saldo em 31 de março de 2017	(329.290)		(57.664)		(66.229)	(453.183)
Intangível Líquido – 31/03/2017	705.260	142.132	43.712		92.717	983.821
Intangível Líquido – 31/12/2016	711.055	132.290	45.422		94.189	982.956

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas informações financeiras.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

12.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim mostrados:

	31/03/2017	31/12/2016
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(66.229)	(64.757)
Saldo Líquido	92.717	94.189

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Suprimento de Energia Elétrica			128.876	156.303
Materiais e Serviços	2.864	3.251	47.942	49.401
Encargos de Uso de Rede Elétrica			10.485	13.304
Fornecedores de Gás			326	187
Total	2.864	3.251	187.629	219.195
Circulante	2.864	3.251	187.629	219.195

13.1 EVENTOS NÃO RECORRENTES QUE IMPACTARAM A RUBRICA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

13.1.1 PARCELAMENTO ITAIPU BINACIONAL

Em junho de 2015 a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R\$ 67.220.

O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2017, o saldo devedor do parcelamento totaliza USD 3.744 (USD 7.752 – 2016), o que corresponde, na data de fechamento, a R\$ 11.699 (R\$ 25.409 – 2016).

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.270	97.611	172.055	190.785
Outros Tributos	251	1.003	192.528	212.075
Total	97.521	98.614	364.583	402.860
Circulante	251	1.344	208.954	224.115
Não Circulante	97.270	97.270	155.629	178.745

14.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	126.473	140.666
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	26.089	45.582	50.119
Total	97.270	97.611	172.055	190.785
Circulante		343	19.428	21.952
Não Circulante	97.270	97.270	152.627	168.833

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 31 de março de 2017 e em 2016:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	86.373	5.707	86.373	5.707	86.040	9.201	86.040	9.201
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(10.188)	(5.822)	(10.188)	(5.822)
Total do Resultado Tributável	86.373	5.707	86.373	5.707	75.852	6.934	75.852	6.934
Equivalência Patrimonial	2.982	(10.536)	2.982	(10.536)	1.865	(5.646)	1.865	(5.646)
Adições/Exclusões Permanentes	2.093	-	2.093	-	4.452	54.175	4.452	54.175
Adições/Exclusões Temporárias	(13.904)	4.497	(13.904)	4.497	74.539	5.262	74.539	5.262
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	77.544	(332)	77.544	(332)	156.708	60.725	156.708	60.725
(-)Compensação Prejuízo Fiscal		-		-	(13.255)	(17.151)	(13.255)	(17.151)
Base de Cálculo	77.544	(332)	77.544	(332)	143.453	43.574	143.453	43.574
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas					(12.537)		(4.523)	
IRPJ – Lucro Presumido					(367)	347	(180)	161
Ajustes IRPJ/CSLL do período						11		
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente					(12.904)	10.341	(4.703)	3.763
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	134		28		12.033	(10.309)	4.311	(446)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	134		28		(871)	32	(392)	3.317



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	112.213	124.129
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	40.414	44.704
Total	97.270	97.270	152.627	168.833
Não Circulante	97.270	97.270	152.627	168.833

14.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			173.981	180.275
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	153	753	14.635	25.490
Programa de Integração Social – PIS	33	163	3.164	5.522
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	65	87	711	102
Outros			37	686
Total	251	1.003	192.528	212.075
Circulante	251	1.003	189.526	202.163
Não Circulante			3.002	9.912

15. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 31 de março de 2017, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 200.451 e apresenta a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	207.412
Faturamento Arrecadado	47.991
Faturamento não Arrecadado	2.022
Atualização Monetária	1.432
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(58.406)
Saldo em 31 de março de 2017	200.451
Circulante	129.593
Não Circulante	70.858



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 109.508 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	118.222
Amortização no Exercício	(8.094)
Atualização no Exercício	(1.514)
Atualização Paga no Exercício	894
Saldo em 31 de março de 2017	109.508
Circulante	38.650
Não Circulante	70.858

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Superavit de Baixa Renda (a)	144.578	140.322
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	124.771	117.987
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	165.946	166.002
Total	435.295	424.311
Circulante	202.793	202.102
Não Circulante	232.502	222.209

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB Distribuição S.A., a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas demonstrações financeiras da Empresa.

Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

O assunto continua ainda pendente de solução por parte do Órgão Regulador.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848, nº 11.465, nº 13.280 de 15 de março de 2004, 28 março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 737, de 27 de setembro de 2016, com validade a partir de sua publicação, a ANEEL aprova o Submódulo 5.6 que estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE e P&D. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT, ao MME e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL.

A tabela seguinte detalha os valores de P&D e PEE:

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Programa de Eficiência Energética – PEE	84.066	80.077
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	39.123	36.747
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.234	955
Ministério de Minas e Energia – MME	348	208
Total	124.771	117.987

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo, o Plano de Negócio do Período de 2017 a 2021, aprovado pela Controladora, em dezembro de 2016, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Distribuidora voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente.

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. Em 30 de setembro de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 143.652. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, mediante à Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	59.786	113.938	173.724	52.399	130.273	182.672
Encargos	317		317	1.178		1.178
Custos da Emissão	(432)	(1.211)	(1.643)	(432)	(1.510)	(1.942)
Saldo Final	59.671	112.727	172.398	53.145	128.763	181.908

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão.

Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R\$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais.

As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

17.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.908
Encargos incorridos	6.899
Custo de transação	(43)
Encargos pagos	(8.382)
Amortização principal	(7.956)
Deságio	(28)
Saldo em 31 de março de 2017	172.398
Circulante	59.671
Não circulante	112.727

17.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	Total
CDI + 6,8%	49.428	65.904	48.864	8.202	172.398

17.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como propriedade para investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	31/03/2017	31/12/2016	
Eletrobrás	710	839	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	2.755	3.005	4,5% a.a. + TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	36.304	39.971	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil		15	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A.	82.395	88.207	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	33.709	22.763	4,5% a.a + TJLP
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	15.016	13.204	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	19.357	35.959	6% a.a
Banco Daycoval	6.201	5.185	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	9.372	10.712	6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(713)	(874)	
Total	205.106	218.986	
Circulante	43.880	43.844	
Não Circulante	161.226	175.142	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interviente Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425. Esse financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

As composições dos empréstimos, por indexadores, com as respectivas amortizações, estão resumidas a seguir:

Indexadores	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
UFIR/IGPM	191	174	147	198	710
CDI	25.136	29.937	28.708	14.187	97.968
TJLP	6.071	18.574	20.549	10.468	55.662
UMBNDDES	3.441	4.045	4.045	3.485	15.016
4,5 % a.a.	752	1.002	1.001		2.755
6 % a.a.	3.923	5.731	5.184	18.871	33.709
Total por Indexador	39.514	59.463	59.634	47.209	205.820
Custo de Transação					(713)
Total Líquido do Custo de Transação					205.107



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	219.860	(874)	218.986
Encargos Incorridos no Período	10.991		10.991
Custo de Transação		161	161
Encargos Financeiros Pagos	(7.258)		(7.258)
Variação Monetária	(1.190)		(1.190)
Amortizações de Principal	(16.583)		(16.583)
Saldo em 31 de março de 2017	205.820	(713)	205.107

18.2 GARANTIAS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D.

18.3 COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 31 de março de 2017, as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos foram cumpridas pela Companhia.

19. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Governo do Distrito Federal		10.623		10.623
Eletrobrás			15.268	5.620
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			1.326	3.920
Outros Acionistas	68	68	68	68
Total	68	10.691	16.662	20.231
Circulante	68	10.691	16.662	20.231

Em março de 2017, a Companhia efetuou a quitação dos dividendos junto ao controlador referente ao lucro apurado no exercício de 2013.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Provisão de Férias	68	70	11.042	12.553
Provisão de 13º Salários	28		2.278	
Encargos Sobre Provisões	35	26	15.608	13.329
Abono Assiduidade			4.774	5.005
Participação nos Lucros			10.086	10.086
Outros		1	4.431	5.352
Total	131	97	48.219	46.325
Circulante	131	97	48.219	46.325



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

21.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o início da operacionalização dos novos planos de saúde será necessário o aporte prévio de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 21,7 milhões para o Plano que atenderá os ex-empregados e R\$ 2,2 milhões para os empregados ativos. Tais aportes visam atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS. Neste primeiro trimestre, foi aportado o montante de R\$ 19,1 milhões.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 28 de fevereiro de 2017; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

Passivo	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Plano de Previdência	121.282	79.578
Plano de Assistência		9.775
Total	121.282	89.353
Circulante	10.329	30.252
Não Circulante	110.953	59.101

21.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

Valor Presente das Obrigações Atuariais	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.388.134)	(1.106.216)		(28.564)
Custo do Serviço Corrente	(3.091)	(11.756)		(16)
Custo de Juros	(36.786)	(146.905)		(3.793)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(97.145)	(206.552)		(16.614)
Benefícios Pagos Pelo Plano	22.278	83.295		39.212
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.502.878)	(1.388.134)		(9.775)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.502.878	1.388.134		9.775
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.381.596)	(1.308.556)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.381.596	1.308.556		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	121.282	79.578		9.775
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Extinto	Sem Cobertura



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Valor Justo dos Ativos dos Planos	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.308.558	1.098.956		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	34.677	145.941		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	8.539	23.113		39.212
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	1.524	6.627		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(22.278)	(83.295)		(39.212)
Ganhos/(Perda) Atuariais	50.576	117.216		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.381.596	1.308.558		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial	Plano Previdenciário	
	31/03/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial Sem Cobertura	121.283	79.578
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	69.431	35.889
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	79.576	7.259
Contribuições Aportadas no Plano	(8.538)	(23.112)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	46.569	89.336
Despesas do Exercício	3.676	6.093
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	121.283	79.756

Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial	Plano Assistencial	
	31/03/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura		9.775
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período		20.683
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício		28.564
Contribuições Aportadas no Plano		(39.212)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais		16.614
Despesas do Exercício		3.809
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período		9.775

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Quantidade	459	466
Idade Média	50,95	50,79
Tempo Médio de Serviço (anos)	25,88	25,71
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	5,70	5,87
Valor do Salário Médio (R\$)	12.891,89	12.884,07
Aposentados		
Quantidade	1.096	1.093
Idade Média	66,90	66,77
Benefício Médio (R\$)	6.026,53	6.016,61
Pensionistas		
Quantidade	342	339
Idade Média	64,22	64,17
Benefício Médio (R\$)	1.812,56	1.825,29



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Assistencial	
	31/03/2017	31/12/2016
Titulares		
Quantidade		1.748
Idade Média		62,48
Custo Médio		821,02
Dependentes		
Quantidade		1.898
Idade Média		47,56
Custo Médio		599,53
Total		
Quantidade		3.646
Idade Média		54,71
Custo Médio		705,72

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

Composição dos Ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Disponível	0,02%	0,19%		0,00%
Renda Fixa	93,37%	92,92%		0,00%
Renda Variável	0,69%	0,68%		0,00%
Investimentos Estruturados	2,32%	2,42%		0,00%
Investimentos Imobiliários	1,31%	1,39%		0,00%
Empréstimos com Participantes	2,33%	2,43%		0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	-0,04%	-0,03%		0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100%	100,00%		0,00%

21.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.502.877 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.381.595 resultou em um deficit de R\$ 121.282, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 69.430, sendo R\$ 9.320 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB e R\$ 59.101 referente à provisão atuarial constituída.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 28 de fevereiro de 2017. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.402.924) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 4.802); exigível contingencial (R\$ 5.031); e fundos (R\$ 11.495), resultando no valor justo de R\$ 1.381.596, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de março de 2017, um deficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2016, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que foi reduzida de 5,91% para 5,27%.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/03/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.502.877	1.388.134
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.381.595	(1.308.558)
Resultado	121.282	79.578



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2017, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2017
Custo do Serviço Corrente	10.769
Custo dos Juros	143.589
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(135.357)
Contribuições dos Participantes	(5.791)
Total da Despesa Estimada	13.209

21.4 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

21.5 PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

21.6 PLANO DE SAÚDE DA CEB – ASSISTENCIAL

Em decorrência da decisão proferida e relatada na ADI nº 2014002032055-2, o plano de saúde CEB-Assistencial foi extinto em março de 2017. Desta forma, não há mais a existência de provisões técnicas na data-base destas demonstrações financeiras.

21.7 CONTRATO DE DÍVIDA ATUARIAL

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, como patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

“suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se a seguir: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

21.8 CONTRATO DE PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR

Em abril de 2015, a CEB Distribuição S.A. e a FACEB celebraram acordo por meio de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar, correspondente ao saldo devedor remanescente em 1º de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897, do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 2001. Neste contrato de parcelamento, não foi contemplado o valor da variação monetária no montante de R\$ 12.722, ou seja, na celebração da avença, o valor que deveria ser parcelado seria de R\$ 41.619. A CEB Distribuição S.A. já está realizando tratativas no sentido da alteração do contrato, para que o valor da diferença seja considerado no acordo.

No contrato celebrado, ficou pactuado que o saldo remanescente terá uma carência de 15 meses e que neste período, incidirão juros equivalentes a 6% ao ano, capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC, ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência, o saldo devedor apurado em 1º de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos, será pago em 13 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016.

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro de 2015	27.376	15.914	43.290
Amortização no Exercício	(14.334)		(14.334)
Reversão de Encargos	(10.322)		(10.322)
Transferências Para o Circulante	15.914	(15.914)	
Passivo em 31 de dezembro de 2016	18.633		18.633
Amortização no Período	(9.393)		(9.393)
Atualização no Período	80		80
Passivo em 31 de março de 2017	9.320		9.320

Os valores estão apresentados em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do passivo é a seguinte:

	31/03/2017	31/12/2016
Previdenciário		
Contribuições Para o Plano	1.010	1.840
Contrato de Dívida	9.320	18.633
Provisão Atuarial Previdência	110.952	59.101
Assistencial		
Provisão Atuarial Assistencial		9.775
Total	121.282	89.353
Circulante	10.329	30.252
Não Circulante	110.953	59.101

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Deficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

22. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

22.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Regulatórias			57.342	53.865
Trabalhistas			4.230	4.276
Fiscais	10.845	10.827	10.845	10.827
Cíveis			3.898	3.449
Total	10.845	10.827	76.315	72.417
Circulante			4.122	3.905
Não Circulante	10.845	10.827	72.193	68.512

22.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora
	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.356
Constituições de Provisão	2.471
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.827
Constituições de Provisão	18
Saldo em 31 de março de 2017	10.845



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.048	8.140	8.356	53.023	78.567
Constituições de Provisão	1.123	5.569	2.471	2.217	11.380
Reversão de Provisão	(6.229)	(10.530)		(7.226)	(23.985)
Atualização Monetária	334	269		5.851	6.455
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.276	3.448	10.827	53.864	72.417
Constituições de Provisão	205	845	18	3.289	3.307
Baixa / Reversão de Provisão	(440)	(184)		(320)	(944)
Atualização Monetária	114	(137)		1.558	1.535
Saldo em 31 de março de 2017	4.155	3.972	10.845	57.343	76.316
Circulante					4.122
Não Circulante					72.193

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2017, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Fiscais	41.425	41.425	47.242	45.045
Cíveis	1	1	2.305	8.313
Trabalhistas			1.549	896
Total	41.426	41.426	51.096	54.254

22.4 DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Companhia foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Uso do Bem Público	867	867
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	73.509	75.996
Total	74.376	76.863
Não Circulante	74.376	76.863

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2017	31/12/2016
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.187
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.196
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.194
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	562.951	620.362
Total	562.951	620.362
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	39,05	43,03



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	31/03/2017	31/12/2016
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.929	19.929
Ganho Atuarial – Plano Assistencial		16.057
Perdas Atuarial – Plano de Previdência	(110.953)	(59.101)
Total	97.793	165.702

24.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817
Saldo em 31 de março de 2017 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817

24.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

24.3 RESULTADO DO PERÍODO

Em 31 de março de 2017, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 10.498 (R\$ 5.707 em 31 de março de 2016).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. CONTAS DO RESULTADO

25.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Fornecimento de Energia Elétrica			796.958	863.386
Energia de Curto Prazo			75.063	72.281
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(75.367)	(37.147)
Receita de Construção			15.371	6.090
Aporte de Recursos da CDE			11.887	9.699
Receita de Prestação de Serviços	8.899	9.732	9.051	9.898
Suprimento de Energia			8.551	8.247
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			5.258	6.127
Arrendamento e Aluguéis			7.634	6.863
Receita de Venda de Gás			966	1.387
Outras Receitas			681	519
Receita Operacional Bruta	8.899	9.732	856.053	947.350
Impostos	(178)	(196)	(160.137)	(177.559)
Contribuições	(823)	(899)	(66.421)	(94.172)
Encargos do Consumidor			(97.017)	(126.472)
Descontos Incondicionais				(122)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.001)	(1.095)	(323.575)	(398.325)
Receita Operacional Líquida	7.898	8.637	532.478	549.025

25.1.1 APORTE DE RECURSOS DA CDE

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.

Sendo assim, a Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 2,51 milhões a ser repassado à Empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2015 a julho de 2016. Tal repasse se refere aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Nos meses de agosto e setembro de 2016, por meio da REH nº 2.033, foi estabelecido o valor mensal de R\$ 2,8 milhões. Posteriormente, em 18 de outubro de 2016, o valor mensal foi redefinido em R\$ 3,3 milhões por meio do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, nos termos da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.161, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

No exercício de 2016, os aportes de CDE totalizaram R\$ 41.273 (R\$ 50.426 em 2015). Tais aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 9).

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.1.2 ENCARGOS DO CONSUMIDOR**25.1.2.1. REPASSE DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE**

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal, fundamentado na Lei nº 12.783/2013, publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a criação e manutenção da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia referentes à: exposição involuntária no mercado de curto prazo; e custos do despacho termoeletrico, através das contratações de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da Conta-ACR.

Aporte CDE – Decretos nº 7891/2013 e nº 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas, desde o final de 2012, relacionado com os baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o foi emitido, em 23 de janeiro 2013, o Decreto nº 7.891, alterado pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, visando a neutralização de parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 estabeleceu: (i) redução do prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumento do repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% para 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados a seguir:

- Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária); e
- Cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.1.2.2. BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

25.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(285.299)	(267.606)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(31.469)	(89.403)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(28.575)	(31.715)
Amortização do Risco Hidrológico	(553)	(304)
Total	(345.896)	(389.028)

25.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal e Administradores	(2.878)	(2.719)	(68.178)	(59.345)
Serviço de Terceiros	(6.022)	(6.012)	(44.130)	(27.046)
Custo de Construção – Concessão (a)			(15.371)	(6.090)
Depreciação e Amortização	(69)	(41)	(13.094)	(11.700)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	11.603	(5.006)	(13.007)	(20.638)
Arrendamento			(8.505)	(13.648)
Material	(142)	(41)	(702)	(185)
Outras Despesas	(112)	(148)	(2.098)	(6.280)
Total	2.380	(13.967)	(165.085)	(144.932)
Classificados como:				
Custo da Operação			(65.790)	(65.787)
Custo dos Serviços Prestados	(6.022)	(6.357)	(1.096)	(5.333)
Despesas com Vendas	11.840	(5.006)	(35.117)	(38.670)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.438)	(2.604)	(63.081)	(35.142)

a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
- Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Nesse trimestre, a Companhia recebeu R\$ 11.570 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP referente a faturas que estavam vencidos há mais de 365 dias. A provisão foi revertida neste montante.

25.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			37.790	8.705
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			6.238	3.989
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			945	10.860
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			1.212	
Tributos Sobre Outras Receitas			(15.740)	
Outras Receitas			(2.148)	237
Subtotal			28.297	23.791
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(10.851)	(8.441)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(1)	(63)	(3.290)	(5.378)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(2.481)	(7.711)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(332)	
Multas ANEEL			(321)	
Outras Despesas	(32)	(8)	(687)	37
Subtotal	(33)	(71)	(17.962)	(21.493)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(33)	(71)	10.333	2.298

25.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	387	278	1.838	4.266
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			9.787	14.152
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			9.556	6.211
Rendimentos de Aplicações Financeiras	201	119	2.514	2.184
Multas e Penalidades Aplicadas			1.588	141
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	132	43	249	101
Outras Receitas Financeiras		190	51	511
Tributos Sobre Receitas Financeiras			(963)	(792)
Subtotal	720	630	24.620	26.774
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(37)	(14)	(14.981)	(20.891)
Encargos de Dívidas			(16.677)	(15.142)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(9.129)	(7.748)
Outras Despesas Financeiras	(18)	(44)	(3.741)	(4.882)
Subtotal	(55)	(58)	(44.528)	(48.663)
Variação Cambial Líquida			5.722	8.081
Resultado Financeiro	665	572	(14.186)	(13.808)

26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

26.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

26.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	10.498	5.707
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	5.232	2.844
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	5.267	2.863
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	0,7283	0,3959
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	0,7283	0,3959

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

27.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração	182	224	1.188	1.128
Demais Benefícios de Curto Prazo	139	64	349	137
Total	321	288	1.537	1.265

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

27.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016
Ativo		18.316	23.235
Contas a Receber, Líquido da PECLD		8.967	7.232
Governo do Distrito Federal	a	8.967	7.232
Demais Ativos		9.349	15.912
Dividendos/JSCP	b	2.883	7.517
CEB Lajeado S.A.		1.486	7.130
CEB Geração S.A.			162
Corumbá Concessões S.A.		204	204
Energética Corumbá III S.A.		1.193	21
Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)		6.282	8.394
CEB Distribuição S.A.		2.222	4.492
Corumbá Concessões S.A.		4.060	3.902
Outras Operações		184	186
CEB Distribuição S.A.	c	184	186
Passivo		525	11.523
Dividendos			10.623
Governo do Distrito Federal	d		10.623
Demais Obrigações		525	900
CEB Distribuição S.A.	e	202	733
CEB Distribuição S.A.	f	323	167

	Notas	Controladora	
		31/03/2017	31/03/2016
Receitas		8.899	9.731
Receita de Prestação de Serviços		8.899	9.731
Governo do Distrito Federal	g	8.899	9.731
Encargos de Mútuo		387	
Corumbá Concessões S.A.	h	98	
CEB Distribuição S.A.		289	
Despesas		11.602	(5.006)
(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		11.602	(5.006)
Governo do Distrito Federal	i	11.602	(5.006)

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;

d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

f) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;

g) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;

h) Diz respeito aos encargos do empréstimo (mútuo) realizado com a controlada CEB Distribuição S.A., cuja remuneração corresponde a 97 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI; e

i) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

27.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016
ATIVO		66.189	92.930
Contas a Receber, Líquida da PECLD		59.388	87.465
Corumbá Concessões S.A.	a	406	406
Energética Corumbá III S.A.	a	99	99
Governo do Distrito Federal	b	58.883	86.960
Demais Ativos		6.801	5.465
Dividendos/JSCP	c	2.531	1.359
Corumbá Concessões S.A.		204	204
Energética Corumbá III S.A.		1.193	21
Investco S.A.		1.134	1.134
Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)		4.270	4.105
Corumbá Concessões S.A.		4.270	4.105
Outras Operações	d		1
Governo do Distrito Federal			1
PASSIVO		221.317	246.248
Fornecedores	e	17.743	23.200
Corumbá Concessões S.A.		13.850	18.318
Energética Corumbá III S.A.		3.892	4.882
Contribuição de Iluminação Pública	f	200.451	207.412
Governo do Distrito Federal		200.451	207.412
Dividendos			10.623
Governo do Distrito Federal	g		10.623
Arrendamento a Pagar		3.123	5.013
Investco S.A.		3.123	5.013



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016
Receitas		116.666	118.538
Receita de Comercialização de Energia	h	1.352	932
Corumbá Concessões S.A.		1.055	737
Energética Corumbá III S.A.		297	195
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		115.314	117.606
Governo do Distrito Federal	i	115.314	117.606
Despesas		45.805	56.967
Energia Comprada Para Revenda	j	44.660	47.343
Corumbá Concessões S.A.		35.613	37.151
Energética Corumbá III S.A.		9.047	10.192
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa		1.145	9.624
Governo do Distrito Federal	k	1.145	9.624

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 7 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão da CEB D.

f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF;

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

h) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

i) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

j) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão; e

k) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

27.3.3 OPERAÇÕES COM A FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 27.

27.4 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

28. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de março de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil, apólice esta vigente na data de emissão deste relatório.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, estão cobertos, até 30 de dezembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos. O custo do prêmio foi de R\$ 1.900 e a importância segurada é de R\$ 175.000.

Os bens das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães (CEB Lajeado S.A.), Queimado (CEB Participações S.A.), Corumbá III (Energética Corumbá III S.A.) e Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A.), também estão devidamente segurados.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	20.396	(155.191)	(1.142)	(48.392)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	69	41	13.094	11.701
Resultado de Equivalência Patrimonial	576	(10.536)	(478)	(5.646)
Receita de Construção			(15.371)	(6.090)
Custo de Construção - Concessão			15.371	6.090
Constituição/Reversão Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(11.603)		2.924	
Encargos da Dívida			17.890	8.110
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(1.211)	
Ajuste a Valor Presente			1	1
Atualização Monetária – Contingências			1.535	
Atualização Monetária – Mútuo	(387)	(190)		
Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública			1.432	7.244
Custo de Transação com Empréstimos			(204)	
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	18	19	2.363	(5.194)
	(11.327)	(10.666)	37.346	16.216
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	17.766	(258)	11.226	3.549
Estoques	3	2		(283)
Aplicações Financeiras		1		
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(1)		(647)	(955)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			68.974	89.081
Tributos e Contribuições Compensáveis	841	763	15.440	(5.524)
Demais Créditos	2.499	78		(19.266)
	21.108	586	94.993	66.602
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(387)	2.780	(31.566)	(3.533)
Obrigações Tributárias	(1.093)	(910)	(38.277)	(24.569)
Contribuição de Iluminação Pública			(8.496)	14.710
Encargos Regulatórios			10.984	11.491
Obrigações Sociais e Trabalhistas	34	(58)	1894	(228)
Obrigações Societárias	(10.623)		(3.569)	
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			5.735	(62.419)
Benefícios Pós-Emprego			(3.866)	(9.161)
Obrigações Vinculadas a Concessão			(2.487)	2.329
Demais Obrigações	68	296	2.681	4.571
	(12.001)	2.108	(66.967)	(66.809)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	27.788	6.131		
Juros Recebidos – Mútuo	253			
Pagamento de Encargos da Dívida			(15.640)	(9.570)
	28.041	6.131	(15.640)	(9.570)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	36.157	3.866	67.856	15.640



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2017 e em 31 de março de 2016 estão incluídas no quadro seguinte:

30.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/03/2017					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	967.235	6.929	112.653	13.652		1.100.469
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(1.475)	(180)	(1.657)	293		(3.019)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			196.779	559.317	(417.465)	338.631
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	517.095	4.615	36.564	7.898	(33.694)	532.478
Custo com Energia Elétrica	(378.535)	2.962	(4.029)		33.706	(345.896)
Custo de Operação	(63.898)	(1.892)				(65.790)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(169)		(927)	(6.022)		(7.118)
Lucro Bruto	74.493	5.685	31.608	1.876	12	106.115
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(70.874)	(828)	(9.931)	7.794	34	(81.364)
Despesas com Vendas	(40.935)			11.840		(29.095)
Despesas Gerais e Administrativas	(46.661)	(835)	(11.018)	(3.438)	(1.129)	(63.081)
Resultado de Equivalência Patrimonial			1.008	(576)	46	478
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	9.163	7	79	(32)	1.117	10.334
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(3.940)	4.857	21.677	9.670	46	32.310
Receitas (Despesas) Financeiras	(16.250)	157	1.240	667		(14.186)
Receitas Financeiras	22.477	192	1.519	721	(289)	24.620
Despesas Financeiras	(44.449)	(35)	(279)	(54)	289	(44.528)
Variação Cambial	5.722					5.722
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(20.189)	5.013	22.917	10.337	46	18.124
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.715	(291)	(6.848)	161		(1.263)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(10.491)	(291)	(6.825)			(17.607)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	16.206		(23)	161		16.344
Prejuízo do Período	(14.475)	4.722	16.069	10.498	46	16.861
Atribuído aos Acionistas Controladores						10.498
Atribuído aos Acionistas não Controladores						6.363



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31/03/2016					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	965.760	5.706	114.310	13.359		1.099.135
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(1.579)	(182)	(1.658)	(13)		(3.432)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			205.371	387.244	(246.371)	346.244
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	536.516	5.095	33.102	8.637	(34.325)	549.025
Custo com Energia Elétrica	(404.089)	(1.033)	(13.616)		29.710	(389.028)
Custo de Operação	(48.781)	(240)	(2.687)		(14.079)	(65.787)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros				(5.942)	609	(5.333)
Lucro Bruto	83.646	3.822	16.799	2.695	(18.085)	88.877
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(60.959)	(1.961)	(12.932)	2.440	7.544	(65.868)
Despesas com Vendas	(37.997)				(673)	(38.670)
Despesas Gerais e Administrativas	(28.815)	(1.958)	(16.700)	(2.877)	15.208	(35.142)
Resultado de Equivalência Patrimonial			5.652	10.535	(10.541)	5.646
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.853	(3)	(1.884)	(5.218)	3.550	2.298
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	22.687	1.861	3.867	5.135	(10.541)	23.009
Receitas (Despesas) Financeiras	(13.372)	228	(1.237)	572	1	(13.808)
Receitas Financeiras	27.936	248	1.895	630	(3.935)	26.774
Despesas Financeiras	(49.389)	(20)	(3.132)	(58)	3.936	(48.663)
Variação Cambial	8.081					8.081
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	9.315	2.089	2.630	5.707	(10.540)	9.201
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.531)	(217)	1.399			(3.349)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(13.596)	(217)	(291)			(14.104)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	9.065	-	1.690			10.755
Prejuízo do Período	4.784	1.872	4.029	5.707	(10.540)	5.852
Atribuído aos Acionistas Controladores						5.707
Atribuído aos Acionistas não Controladores						145



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 10 de maio de 2017.

LENER SILVA JAYME
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

LENER SILVA JAYME
Diretor de Planejamento Estratégico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

THIAGO CAVALCANTE SANTOS
Contador
CRC - DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no formulário de informações trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 2.3.1.1 (i). As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº16 a), que indica que a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 144.578 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O assunto encontra-se em discussão entre a Distribuidora e o Órgão Regulador e apesar da Administração defender que o direito ao ressarcimento alcançou a decadência legal, a ANEEL, para concluir quanto à exigibilidade ou não do referido montante, solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A.. Até o encerramento da nossa revisão, o tema não havia sido concluído em todas as instâncias da ANEEL. A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF encaminhou o processo à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE e à Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, a fim de se manifestarem quanto aos argumentos da CEB. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília-DF, 15 de maio de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 "S"

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 "S" - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 036, DE 10.05.2017

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 1º trimestre de 2017.

LENER SILVA JAYME

Diretor-Presidente e Diretor de Planejamento Estratégico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico